

Thaisy Perotto Fernandes\*

## Entre o ontem, o labor e o devir: apontamentos sobre a complexidade temporal e o mundo do trabalho

---

**Resumo:** A pesquisa adentra focos amplos, mas de densa vinculação: o tempo e o trabalho. Num primeiro momento, discorre-se sobre a dimensão temporal e a busca pela elucidação do fenômeno do tempo, incursionando-se em distintos ramos do conhecimento. Num segundo momento, parte-se da dimensão da temporalidade como norte de análise para articular “ócio” e “trabalho”, em face aos cenários laborais que se apresentam na contemporaneidade.

**Palavras-chave:** Ócio. Tempo. Trabalho.

**Between yesterday, the labor and devir: notes on the time complexity and the world of work**

**Abstract:** The research focuses enters large but dense binding: time and labor. At first, talks about the temporal dimension and the search for the elucidation of the phenomenon of time dabbling in different branches of knowledge. Secondly, it starts from the temporal dimension as northern analysis to articulate “leisure” and “work” against labor scenarios that present themselves nowadays.

**Key words:** Leisure. Time. Work.

---

E, no entanto, no entanto... negar a sucessão do tempo, negar o eu, negar o universo astronômico são desesperos aparentes e consolos secretos...

O tempo é a substância de que sou feito. O tempo é um rio que me arreбата, mas eu sou o rio; é um tigre que me destroça, mas eu sou o tigre; é um fogo que me consome, mas eu sou o fogo.

O mundo, desgraçadamente, é real; e eu, desgraçadamente, sou Borges.

(Jorge Luis Borges)

---

\* Docente dos cursos de Ciências Contábeis e Direito da FSG (Faculdade da Serra Gaúcha). Doutoranda em Ciências Sociais pela Unisinos (Universidade do Vale do Rio dos Sinos). Mestre em Relações de Trabalho pela UCS (Universidade de Caxias do Sul). Bacharel em Direito pela Unijuí (Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul).  
E-mail: thaisy.fernandes@fsg.br.

## Introdução

O tempo nasce quando do *big-bang*, ou é algo que precede a qualquer fenômeno? Qual a necessidade de se deter à tal questão, num cenário em que se deve trilhar o mais rapidamente os caminhos do saber para não ficar atrás, para não se perder oportunidades, para subsistir em meio ao cada vez mais competitivo mercado do trabalho? Essas e outras indagações constantes que permeiam o pensamento representam os motivadores da presente pesquisa, onde a temática do tempo e a dimensão laboral possuem significativa conexão.

O próprio “gênio da física”, Einstein, em um de seus escritos, deixou claro que a distinção entre o passado, presente e futuro não passa de mera ilusão. Essas e outras questões permeiam desde muito e ainda hoje cientistas que se debruçam para decifrar as questões invisíveis que se escondem por trás do importante elemento temporal, que embora de fato “invisível”, acabou por modelar a estrutura de praticamente todas as sociedades existentes no globo terrestre.

Seria o relógio uma futilidade? Mas se o tempo não existe, qual a necessidade de se agendar compromissos? E os prazos aos quais estamos contingenciados, seja na esfera acadêmica, seja nas questões profissionais ou mesmo pessoais? Existe um dia sequer, ainda que em gozo de férias ou em momento lúdico, que se pode prescindir da demarcação temporal?

Pode-se ir ainda mais longe e indagar: será o ócio um pecado mortal, em tempos paradoxais, onde ao mesmo tempo em que o mercado de trabalho descarta, também suga ao máximo o potencial de seu exército? Essas e outras questões, ainda que subliminarmente, serão discutidas na sequência do trabalho, que não pretende ser incisivo, mas perquirir algumas conexões possíveis entre a dimensão temporal e o mundo laboral, partindo da investigação da noção de tempo, desde a visão de filósofos, químicos e físicos, até alguns importantes cientistas sociais – deste tempo e do que já passou.

### 1. A dimensão temporal e sua “fugaz eternidade”

O futuro é dado ou está em perpétua construção? É uma ilusão a crença em nossa liberdade? É uma verdade que nos separa do mundo? A questão do tempo está na encruzilhada do problema da existência e do conhecimento. O tempo é a dimensão fundamental de nossa existência.

(Ilya Prigogyne)

A palavra “tempo” está dicionarizada e apresenta variações de significado, dependendo da maneira que é compreendida essa questão (talvez seja eternamente controversa). Tempo pode ser compreendido como a sucessão de horas, dias, anos ou centenas deles. E, por trás de cada uma destas possibilidades, existe um processo quantificador elaborado pelo *homo sapiens sapiens*, visando à padronização e sua utilização em sociedade.

Mas o tempo pode igualmente envolver a noção de passado, presente ou de futuro. Assim, seria correto afirmar que a dimensão pretérita já ocorreu, que o presente representa o momento vivido no “agora” e que o futuro simplifica-se no devir, no que ainda está por acontecer? Eis as grandes questões sobre as quais muitos se debatem. Mas o tempo pode igualmente e tão somente representar um momento ou uma ocasião em que alguma coisa se realize. Mas e se nada ocorrer, significa que o tempo inexistiu? Afinal de contas, ele pode ser uma época, uma estação, estar preso na tela de um quadro, no andar de uma criança ou no observar dos ponteiros de um relógio.

Para o químico Ilya Prigogine, Prêmio Nobel e um dos mentores da teoria da complexidade, a questão do nascimento do tempo guarda grande curiosidade e permanecerá, sem dúvida, sempre de pé. Para ele, o “tempo e a realidade estão irredutivelmente ligados. Negar o tempo pode parecer um consolo ou aparecer como o triunfo da razão humana, é sempre uma negação da realidade” (1996, p. 197).

Igualmente, o renomado físico Stephen Hawking<sup>1</sup> fora reconhecido pelas singularidades que sua mente trouxe à reflexão a respeito da origem do universo, do controverso *big-bang*; somando-se a isso, também, reflexões sobre a teoria envolvendo os buracos negros e outras densas investigações sobre a física quântica. Também a questão do tempo fora objeto de estudos do renomado cientista. Dentre seus maiores questionamentos instigadores de suas pesquisas estão a busca pela natureza do tempo e se chegará ele a um termo. A esse respeito, confessa: “Algum dia, talvez, essas respostas possam ser tão óbvias para nós quanto o fato de a Terra girar em torno do Sol [...] apenas o tempo, seja lá o que for, poderá dizer” (2000, p. 18).

---

<sup>1</sup> Para maiores detalhes a respeito das teorias de Hawking, além da obra *Uma breve história do tempo: do big-bang aos buracos negros*, também, sugere-se a leitura de *O universo numa casca de noz*.

O filósofo e sinólogo François Jullien contribui para a reflexão do tema na obra *Do “tempo”: elementos para uma filosofia do viver*. Abstrai-se, do próprio título da obra, o âmago da proposição do autor, que retrocede a Platão e Aristóteles, perpassa Agostinho, Kant, Schopenhauer, Bérqson, Hegel, entre outros, desembocando em Heidegger. Ao perpassar a história, Jullien analisa fragmentos e traz reflexões acerca do que estaria por trás da forma como a questão do tempo era (e é) concebida por diversos pensadores.

Ao pesquisar sobre as origens da mudança cultural em *Condição pós-moderna*, David Harvey, em vários momentos, evidencia sua preocupação com a dimensão espaço-tempo:

Os recursos temporais finitos e a “fricção da distância” (medida em tempo e gastos necessários para vencê-la) restringem o movimento diário. É preciso encontrar tempo para comer, dormir etc., e os projetos sociais sempre encontram “restrições de contato”, especificadas como a necessidade de intersecção das trilhas e tempo-espaço de dois ou mais indivíduos para que qualquer transação seja realizada. Essas transações ocorrem tipicamente no âmbito de um padrão geográfico de “estações” disponíveis (lugares onde certas atividades, como trabalhar, fazer compras etc., ocorrem) e “domínios” em que certas interações sociais prevalecem (2006, p. 195).

O autor igualmente sinaliza que todo sistema complexo de produção envolve a organização espacial e temporal e, por conseguinte, a eficiência na organização implica importante questão para todos os capitalistas. Em suas palavras:

[...] a intersecção do domínio sobre o dinheiro, o tempo e o espaço forma um nexó substancial de poder social que não podemos nos dar ao luxo de ignorar. “A mensuração do tempo”, declara Landes (1983, p. 12), em seu autorizado estudo sobre o assunto, “foi simultaneamente um signo da criatividade recém-descoberta e um agente e catalisador do uso do conhecimento para a obtenção de riqueza e poder.” Medidores do tempo e mapas precisos há muito valem o seu peso em ouro, e o domínio dos espaços e tempos é um elemento crucial na busca do lucro. Por exemplo, o especulador imobiliário que tem dinheiro para esperar enquanto controla o desenvolvimento dos espaços adjacentes está numa situação muito melhor, para obter ganhos pecuniários, o que alguém que não tenha poder em alguma dessas dimensões. Além disso, o dinheiro pode ser usado para dominar o tempo (o nosso ou o de outras pessoas) e o espaço. Inversamente, o domínio do tempo e do espaço pode ser reconvertido em domínio sobre o dinheiro (2006, p. 207).

A evolução humana não fora, por certo, fruto apenas de sua sinapse neurológica privilegiada. Ante ambiente hostil, o homem aprendeu inclusive a proteger-se tanto de animais ferozes quanto de intempéries da natureza. Daí surgiu o machado, o arado, e demais instrumentos que propiciaram o desenvolvimento de técnicas, acautelaram o nomadismo e ensinaram a produção agrícola. Mas tanto a roda como a bússola foram, por certo, invenções empreendidas para a busca do melhor viver. Nessa linha de ideias, será que o relógio se enquadra no quesito necessidade? Era premente buscar um controle do tempo, uniformizá-lo dentro de um pequeno vilarejo ou mesmo de norte a sul de um vasto território?

Dos primeiros relógios inventados pelo singular cérebro humano, tomou-se a natureza como elemento – o sol como referência auxiliou o homem a definir horários, momentos, enfim, a mensurar o “tempo”. Também, seguiu-se a invenção de outros métodos, utilizando-se o escoar de líquidos, areia ou queima de fluidos, até remontar nos primeiros dispositivos mecânicos capazes de mensurar o tempo – ainda que com a necessidade de manutenção humana direta, até os mais modernos relógios com ínfimas pilhas, que funcionam ininterruptamente.

Desde então, o homem muitas vezes passou de dominador a dominado. Vive cerceado, compelido por algo que se convencionou denominar “tempo”; atrelado a compromissos, os quais são marcados preteritamente. A flexibilidade ficou em alerta. Viver, hoje, mais do que ontem, implica o respeito a regras, prazos e horários. Ter-se-ia tornado o homem refém de sua própria invenção? Mas o homem fora inventor do tempo ou apenas buscou “aprisioná-lo” a seu favor? Mas a que ponto a padronização temporal realmente auxilia ou angustia a humanidade? Ainda mais nos “tempos ultra-atuais”, onde se alega não se ter tempo para mais nada, exceto para o trabalho. Subjetividades e reflexões que serão travadas nas laudas subsequentes.

## 2. **O trabalho nos ponteiros de um relógio: o ócio como possibilidade?**

O novo tempo livre é, igualmente, a oportunidade de dedicar tempo à vida comunitária, de inventar novas modalidades de democracia participativa, de se envolver na vida política, constantemente denegrida, quando se trata da forma mais simbólica e mais pedagógica da vida em sociedade.

As sociedades tecnológicas, cuja dimensão é sempre um espaço gigantesco, destruíram todo o antigo complexo de relações, deixando apenas uma tela para se ver as pessoas. Mas a dimensão do homem, medida pela sua afetividade, não mudou. É a de um grupo de pessoas que se pode conhecer e encontrar o suficiente para detestá-las ou amá-las.

Vamos descobrir que, para falar com os outros, nos faltava apenas tempo.

(Guy Aznar)

Em *O capital*, Marx já sinalizava que os “momentos” representavam “elementos do lucro”, sendo o *domínio do tempo de trabalho* alheio que assegura aos capitalistas o poder de se apropriar dos lucros para si. Por certo, as disputas entre a massa trabalhadora e os proprietários do capital em torno do uso do tempo e da intensidade do trabalho são remotas e permeiam a trajetória milenar da humanidade, embora agudizadas com a Revolução Industrial. Nas palavras de Thompson:

A primeira geração de trabalhadores da fábrica aprendeu com seus mestres a importância do tempo; a segunda formou seus comitês de redução do tempo de trabalho no movimento das dez horas; a terceira geração lutou por horas extras pagas com um valor cinquenta por cento mais alto. Os trabalhadores tinham aceitado as categorias dos seus empregadores e aprendido a reagir no seu âmbito. Eles aprenderam a lição de que tempo é dinheiro bem demais (apud HARVEY, 2006, p. 211).

Emergiram, na sequência da implementação das fábricas, a busca pelo controle da produção e, de certa forma, igualmente do tempo. Teve origem, então, a folha de ponto, mais tarde o relógio-ponto, hoje apenas um “cartão-ponto”. Além disso, ainda que de forma velada, existe na maior parte das empresas um certo “fiscal” sobre a produtividade laboral, seja ele um outro empregado da empresa ou seja o fator que acaba por representar um exímio controlador: o tempo.

As tentativas de acelerar ou intensificar os processos de trabalho produziram – e ainda produzem, embora em escala menor – algumas das mais densas lutas entre trabalhadores e gestores. Estratégias como o trabalho por peça ou as bonificações de produção representam alguns dos meios buscados visando estimular o maior nível possível de produtividade dos trabalhadores. Nas palavras de Harvey:

[...] temos vivido nas duas últimas décadas uma intensa fase de compressão do tempo-espaco que tem tido um impacto desorientado e disruptivo sobre as práticas político-econômicas, sobre o equilíbrio do poder de classe, bem como sobre a vida social e cultural. [...] A transição para a acumulação flexível foi feita em partes por meio da rápida implantação de novas formas organizacionais e de

novas tecnologias produtivas. Embora estas últimas possam ter se originado da busca da superioridade militar, sua aplicação teve muito que ver com a superação da rigidez do fordismo e com a aceleração do tempo de giro como solução para os graves problemas do fordismo-keynesianismo (2006, p. 257).

O autor ainda esclarece que a aceleração na produção fora alcançada por meio de mudanças organizacionais na direção da desintegração vertical, marcado pela

[...] subcontratação, transferência de sede etc. – que reverteram a tendência fordista de integração vertical e produziram um curso cada vez mais indireto na produção, mesmo diante da crescente centralização financeira. Outras mudanças organizacionais – tais como o sistema de entrega “just-in-time”, que reduz os estoques –, quando associadas com novas tecnologias de controle eletrônico, de produção em pequenos lotes etc., reduziram os tempos de giro em muitos setores de produção (eletrônica, máquinas-ferramenta, automóveis, construção, vestuário etc.). Para os trabalhadores, tudo isso implicou uma intensificação dos processos de trabalho e uma aceleração na desqualificação e requalificação necessárias ao atendimento de novas necessidades de trabalho (HARVEY, 2006, p. 257).

E ante todo esse cenário de mudanças,<sup>2</sup> do qual o tempo fora protagonista, se está diante de um grande paradoxo: se por um lado reforçam e ampliam o poder da lógica capitalista, por outro agudizam impasses e fazem surgir novas contradições, ensejando angústias e instigando o observar mais atento sobre uma eventual superação de relações produtivas e de modos de vida contemporâneos.

O modo de produção capitalista encontra-se, historicamente, em recorrente e ininterrupto processo de transformação. A concorrência entre os capitalistas faz com que a luta pela diminuição dos custos de produção e pelo aumento das margens de lucro seja a mola propulsora do desenvolvimento das forças produtivas. Na fase inicial do capitalismo industrial, e até mesmo nos primórdios do modelo taylorista-fordista, as máquinas eram movidas fundamentalmente por braços humanos. Conforme antes mencionado em Harvey, a partir da reorganização dos processos produtivos, com a introdução de novas tecnologias, modifica-se substancialmente a relação entre homem e máquina. De papel fundamental e de destaque na produção de riquezas, o humano passa a ser *coadjuvante do processo*.

---

<sup>2</sup> Bauman afirma, de forma contundente, que “a sociedade que ingressa no século XXI não é menos “moderna” que a que ingressou no século XX; em suma – acrescenta -, que se pode dizer que é moderna de maneira diferente” (2001, p. 33).

Desencadeado pelo desenvolvimento da produção técnico-científica (informática, microeletrônica, cibernética etc.), sobretudo nas últimas duas décadas, vislumbra-se o surgimento de teses a respeito do futuro do trabalho no capitalismo contemporâneo, onde se direcionam reflexões para a eventual perda do domínio do trabalho como categoria central<sup>3</sup> do ordenamento social. Alguns, inclusive, propõem o resgate do “ócio” como categoria pivô dessa (re)estruturação do trabalho na contemporaneidade.

Tanto o trabalho como o tempo são categorias que têm um percurso histórico marcado por profundas transformações e distintas formas de estruturação social. Contudo, mais recentemente, as densas modificações na concepção e organização do mundo do trabalho ensejam questionamentos acerca da aparentemente harmônica relação entre tempo e labor. O que se percebe é que tanto o tempo quanto o trabalho apresentam metamorfoses visando à adaptação à realidade, remodelando-se progressivamente na ordem social contemporânea.

Ao fazer distinção entre modernidade sólida e líquida, e ante o cenário atual, Bauman afirma que o trabalho, pilar da construção social, não pode manter suas velhas funções. Segundo o autor,

Despojado de sua parafernália escatológica e separada de suas raízes metafísicas, o trabalho tem perdido a centralidade que lhe foi designada na galáxia dos valores dominantes da era da modernidade sólida e do capitalismo pesado. O “trabalho” já não pode oferecer um sufo seguro no qual enrolar e fixar definições do eu, identidades e projetos de vida. Também não pode ser pensado como fundamento ético da sociedade, nem como base ética da vida individual (2001, p. 149).

Nesse sentido, mesmo fundamentados argumentos dentre os que apregoam a perspectiva negativa de ruína da sociedade laboral, há que se tomar um certo cuidado com radicalidades. Desde finais da década de 1970 emergem teorias nesse sentido, afirmando que a centralidade do trabalho no capitalismo contemporâneo estaria com os dias contados, como resultado da terceira revolução industrial. O trabalho estaria relegado a plano secundário, onde o conjunto de inovações tecnológicas passaria a protagonizar o cenário de produção de riqueza capitalista.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Citem-se alguns dos principais autores que tratam da problemática do futuro do trabalho e de sua (des)centralidade: Gorz, Schaff, Aznar, De Masi, Touraine, Rifkin, Habermas, entre outros.

<sup>4</sup> A era moderna trouxe consigo a glorificação teórica do trabalho, e resultou na transformação efetiva de toda a sociedade em uma sociedade operária. Assim, a realização do desejo, como sucede nos contos de fadas, chega num instante em que só pode ser contraproducente. A sociedade



Na visão de alguns autores, embora a gestão do conhecimento tenha alterado profundamente as formas de trabalho, observa-se que sua *centralidade* ocupa ainda núcleo dinâmico da história, ou seja, o trabalho continua a ser uma categoria da produção, via trabalho alienado, de boa parte da população. Nesse sentido, explicita Antunes:

Ao contrário daqueles autores que defendem a perda da centralidade da categoria trabalho na sociedade contemporânea, as tendências em curso, quer em direção a uma maior intelectualização do trabalho fabril ou ao incremento do trabalho qualificado, quer em direção ‘a desqualificação ou a sua subproletarização’, não permitem concluir pela perda dessa centralidade no universo de uma sociedade produtora de mercadorias (1997, p. 75).

Tantos outros autores têm propugnado a ideia de que o trabalho tende a tornar-se cada vez mais raro, não restando aos trabalhadores excluídos estratégias de sobrevivência no mercado de trabalho, sobretudo pela alta mobilidade e dos novos imperativos do fluxo econômico mundial. No entanto, a referência a um tempo de “não trabalho” feita pela maioria dos autores lança mão do prefixo da negatividade, mas mantendo o substantivo trabalho. Sob a ótica da maioria, tempo e trabalho começariam, enfim, a ser (re)vistos com relevo pela sociedade e não como fenômenos diametralmente opostos.

Um importante estudioso dessa temática é Guy Aznar, que apresenta um projeto alternativo de sociedade, conduzido por um paradigma decisivo: redimensionar os tempos de vida e os espaços de liberdade e autonomia dos indivíduos.<sup>5</sup> De semelhante forma, o sociólogo italiano

---

que está para ser libertada dos grilhões do trabalho é uma sociedade de trabalhadores, uma sociedade que já não conhece aquelas outras atividades superiores e mais importantes em benefício das quais valeria a pena conquistar essa liberdade. Dentro desta sociedade, que é igualitária porque é próprio do trabalho nivelar os homens, já não existem classes nem uma aristocracia de natureza política ou espiritual da qual pudesse ressurgir a restauração das outras capacidades do homem. Até mesmo presidentes, reis e primeiros-ministros concebem seus cargos como tarefas necessárias à vida da sociedade; e, entre os intelectuais, somente alguns indivíduos isolados consideram ainda o que fazem em termos de trabalho, e não como meio de ganhar o próprio sustento. O que se nos depara, portanto, é a possibilidade de uma sociedade de trabalhadores sem trabalho, isto é, sem a única atividade que lhes resta. Certamente nada poderia ser pior (ARENDETTI, 2005, p. 12-13).

<sup>5</sup> Pela leitura de sua obra “Trabalhar menos para trabalharem todos”, Aznar evidencia as benesses da inversão de prioridades e da necessidade de uma visão paradigmática diferenciada para se enfrentar a problemática do desemprego. Em suas palavras: “O novo objetivo da reorganização do tempo, permitindo-nos descobrir o *planeta Tempo*, é o de *conceber um projeto de sociedade que tenda a redefinir a relação entre o homem e o social, entre o homem e o mundo*. Viver em meio-tempo é, de fato, viver em tempo-duplo. É uma forma de participar de dois universos, de dois

Domenico De Masi evidencia o surgimento de um tempo onde a criatividade será valorizada e, para que possa se transfigurar em algo apreciável, é necessário fugir à ditadura do horário imposta pela sociedade laboral vigente. Em suas palavras:

Os trabalhos que permanecem como monopólio dos seres humanos, isto é, aqueles de natureza intelectual e criativa, não admitem ser circunscritos a um lugar ou intervalo de tempo específicos. Portanto, invadem o tempo livre e o estudo, confundindo-se e misturando-se com o jogo e com o aprendizado. Trabalho, estudo e diversão confundem-se cada vez mais (2001, p. 177).

É possível repensar o próprio trabalho, pois há grande quantidade de atividades que podem ser feitas na sociedade que não envolvem fábricas, nem escritórios, nem setores públicos, por exemplo. São os setores sem fins lucrativos que podem se dedicar à ajuda ao meio ambiente e às pessoas doentes, idosas, crianças, à educação e ao lazer. Os benefícios, porém, surgirão na medida em que repartirmos os ganhos da produção. Sem emprego, quem consumirá? Sem consumo, quem empregará?

Contudo, a maior parte dos autores que se debruçam sobre o tema não trabalha sob essa ótica, afirmando que o “nada fazer” não seria o caminho. O trabalho pode ser revisitado, por exemplo, sob a ótica de diminuição de seu tempo diário de exercício. André Gorz, nessa direção, evidencia o quão importante representa, na vida individual e coletiva, o exercício de uma atividade laborativa:

---

conjuntos, de duas esferas, regidas por sistemas de valores diferentes. A primeira esfera é a do sistema produtivista: espera-se que ela funcione, que produza riquezas para financiar nosso segundo cheque, que libere tempo. A segunda esfera é a atividade individual, autônoma, num círculo microsocial. A criação de uma segunda esfera se justifica para dar um espaço vital ao indivíduo. Vem, assim, desenhar-se o contorno de uma sociedade *bipolar* que é exatamente oposta à sociedade *dualista*: não a divisão em duas categorias de homens, mas a participação de cada homem em duas esferas complementares e opostas. A bipolaridade é cultivar extremos, concepção que é o inverso de cultivar o meio: não a tépida apatia dos compromissos, mas o exagero da complementaridade. Em certos momentos, ser um trabalhador assalariado eficiente numa empresa de alta produtividade e participar também do saber, do poder, da relação social. Em outros, trabalhar para si próprio ou para outros, gratuitamente ou não, em atividades úteis ou não, em outro círculo de relações sociais. Em certos momentos, para algumas coisas, ir mais rápido, utilizar a técnica mais moderna. Em outros, ir lentamente, fazer à mão. Em certos momentos, pegar um supersônico, em outros, andar de bicicleta; alguns dias enviar um fax para encomendar um congelado, em outros momentos costurar a própria roupa; dialogar com amigos distantes por computador e encontrar, no dia seguinte, sob as árvores, o prazer de conversar com pessoas da vizinhança” (1995, p. 281-282; grifo nosso).

Uma certa quantidade de trabalho é indispensável para a existência da sociedade e dos indivíduos sociais. Essa necessidade é imposta pela natureza das coisas, e não por uma obrigação social. Ninguém deve carregar o fardo da necessidade pelos outros e ninguém, portanto, deve ser dispensado de carregar sua parte. Portanto, o subsídio universal abre o direito à dispensa. Permite à sociedade não se preocupar com a repartição equitativa do fardo. Aí, ela faz, por idealismo, o jogo da ideologia do trabalho: parece considerar o trabalho como uma atividade escolhida, facultativa, que pode ser reservada a quem gosta de executá-la. O trabalho deve ser feito, quer se goste ou não, e é somente partindo do reconhecimento de sua necessidade que podemos procurar torná-lo o mais prazeroso e feliz possível, diminuir sua carga e duração (apud AZNAR, 1995, p. 88).

Nas obras de Rifkin, principalmente em *O fim dos empregos*, o autor aborda as consequências do definhamento de diversas profissões e deixa em aberto um convite para repensar a situação atual, redefinindo o papel do indivíduo na sociedade futura, ante as contínuas transformações. Rifkin ressalta as vantagens das inovações tecnológicas para a humanidade e, ao mesmo tempo, demonstra sua preocupação com o exército de trabalhadores que está sendo excluído dos processos produtivos.

Entretanto, ao formular sua tese de que está chegando o fim do trabalho e da classe trabalhadora, e apontando a necessidade da redução da jornada de trabalho como solução para minimizar o desemprego, Rifkin deixa clara a fragilidade de sua tese ao admitir que, na realidade, o desemprego tem aumentado, mas a importância do trabalho como categoria fundamental na criação de riqueza capitalista não tem de maneira alguma diminuído. Em suas palavras:

A revolução da produtividade tem, portanto, afetado a quantidade de horas trabalhadas de duas maneiras. A introdução das tecnologias economizadoras de tempo e de trabalho tem permitido às empresas eliminarem trabalhadores em massa, criando um exército de reserva de trabalhadores desempregados com tempo ocioso, ao invés de tempo livre à sua disposição. Aqueles que ainda se seguram em seus empregos estão sendo forçados a trabalhar mais horas, em parte para compensar a redução de salários e de benefícios (1996, p. 245).

Ressalte-se que a realidade posta é igualmente emaranhada de insegurança. Até mesmo aqueles que possuem uma relação de trabalho relativamente protegida, com carteira assinada, sentem-se temORIZADOS ante a possibilidade de se verem, a qualquer momento, sua parca estabilidade destituída. Em verdade, estabilidade, após a implementação do programa de FGTS no Brasil, praticamente não existe, e qualquer empregado (salvo exceções), ainda que desmotivadamente, pode receber da empresa a nada estimada “promoção ao mercado de trabalho”.

Diante desse cenário, Dejours (2009) declinou-se a estudos na busca por elucidar alguns dos desgastes psíquicos causados pelo trabalho. Segundo ele, a deterioração da saúde mental no trabalho está intrinsecamente ligada à evolução da organização do trabalho e, em particular, à introdução de novas estratégias, dentre as quais: a avaliação individualizada dos desempenhos, a busca da “qualidade total”, a terceirização em escala e o uso crescente de trabalhadores *freelancers* em lugar do trabalho assalariado. Para ele, as formas atuais de organização do trabalho seriam diretamente responsáveis, portanto, pelo aumento de algumas patologias corporais e mentais contemporâneas:

A evolução dos métodos de organização do trabalho constitui uma verdadeira revolução que aumenta consideravelmente a pressão produtiva, por um lado, e o isolamento e a solidão, por outro. O aumento das patologias mentais ligadas ao trabalho resulta essencialmente da fragilização gerada por métodos de organização que, no lugar da *confiança*, da *lealdade* e da *solidariedade*, instalam no mundo do trabalho cada um por si, a *deslealdade*, a *desestruturação* do convívio, produzindo uma implacável solidão em meio à multidão (DEJOURS, 2009, p. 49-50; grifo nosso).

### Enfatiza Dejours ainda que

Visto a partir do teatro do desemprego, o trabalho parece um privilégio. Claro! Mas o mundo do trabalho tampouco é cor-de-rosa e certas organizações do trabalho em voga costumam destruir sistematicamente as engrenagens dessa dinâmica entre contribuição e retribuição. [...] as novas formas de organização do trabalho podem e devem ser questionadas. Elas não têm nada a ver com a *consequência inevitável de um destino*. Toda organização do trabalho é uma construção humana. Ela só se desenvolve com o consentimento e a colaboração de milhões de homens e mulheres. O trabalho pode gerar o pior, até suicídio, mas ele pode gerar o melhor: prazer, autorrealização e emancipação. [...] *Não existe nenhuma fatalidade na evolução atual. Tudo depende da formação de uma vontade coletiva a fim de reencantar o trabalho* (2009, p. 53; grifo nosso).

A cientista social Ana Claudia Moreira Cardoso,<sup>6</sup> igualmente, discute a importante questão da afetação do tempo na esfera laboral. Para a pesqui-

---

<sup>6</sup> A pesquisadora recebeu o Prêmio Capes de melhor tese na área de Sociologia de 2008 com a discussão apresentada no livro “*Tempos de trabalho, tempos de não trabalho – disputas em torno da jornada do trabalhador*”. Nessa linha de ideias, Cardoso visualiza a luta pela redução da jornada para 40 horas semanais como “uma forma de ampliar uma conquista já alcançada por alguns setores mais organizados. O DIEESE tem estudo que mostra a possibilidade de geração de 2 milhões de empregos com a redução da jornada para 40 horas” (Possuídos pelo trabalho. *Revista do Brasil*, out. 2009, p. 9).

sadora, se observarmos o tempo de trabalho dominante desde a revolução industrial, verificar-se-á que uma parte é perfeitamente contabilizável: o tempo do calendário, dos relógios de ponto, dos minutos e segundos. Contudo, subsiste uma outra parte, incapaz de ser mensurada, que é *a maneira como cada trabalhador vive subjetivamente tais medidas*. E desde a década de 1980 é crescente o movimento de flexibilização deste tempo mensurável, a partir de alterações quantitativas, qualitativas e na forma do tempo de trabalho. Em suas palavras:

[...] este processo de flexibilização do tempo de trabalho tem levado os trabalhadores, cada vez mais, a perderem o controle da organização de seus tempos sociais, em função da fragmentação e individualização dos tempos dedicados ao trabalho, que não estão mais de acordo com as outras temporalidades sociais. De forma que o movimento histórico de separação entre o tempo de trabalho e o tempo de não trabalho, estaria sendo substituído por um movimento contrário, de reaproximação entre estes dois tempos, de forma que a definição de onde cada um começa e termina estaria cada vez mais fluída (s.d., p. 2).

A pesquisadora salienta ainda que:

[...] neste contexto de mudanças profundas no tempo de trabalho, é importante repensarmos a maneira como qualificamos e quantificamos este tempo, assim como o tempo de não trabalho. Uma possibilidade [...] é considerarmos a noção de tempo dedicado ao trabalho, no qual estão incluídos aqueles tempos nos quais as pessoas realizam tarefas ainda relacionadas ao trabalho, mesmo fora da jornada de trabalho regular ou extraordinária. Diferentemente do conceito predominante, onde esse tempo é pensado como contido em uma jornada contratada, [...] como se todo o tempo para além deste fosse um tempo de não trabalho Assim, consideramos que o tempo dedicado ao trabalho extrapola, e muito, aquele contido em uma jornada. O tempo dedicado ao trabalho incluiria, por exemplo, o tempo gasto com o deslocamento dos indivíduos da casa ao trabalho, o crescente tempo dedicado às atividades de qualificação, as horas de sobre-aviso e o tempo dedicado às tarefas levadas para casa, que na maior parte das vezes ocorre de maneira informal. Caberia refletir ainda sobre os tempos nos quais os trabalhadores passam a buscar soluções para o processo de trabalho, principalmente a partir da ênfase dada à sua participação. Como as caixas de sugestão, CCQs, grupos semiautônomos, levando-os a permanecer “plugados” no trabalho mesmo estando distantes da empresa. Isto porque, de acordo com Hirata (1986), esta gestão baseada na integração dos trabalhadores pela técnica da participação requer um grande número de horas de atividades e estudo desenvolvidos fora das horas contidas na jornada de trabalho (s.d., p. 3).

Ante todo esse cenário é que surgem teorias e perspectivas a respeito do ócio<sup>7</sup> – nem todas pacíficas. Contudo, certamente existem muitas profissões cujo desempenho laboral seria mais significativo caso estivessem guarnecidas pelo relógio de ponto, de processos burocráticos ou de uma fiscalização, ainda que subliminar. Desde a elaboração de uma reportagem de “fôlego” por parte de um jornalista até o proferir de uma sentença acerca de um caso emblemático por parte de um magistrado. Por vezes, como antes sinalizado, o trabalho – e também o tempo apresenta-se como elemento que contingência e angustia – que delimita a criatividade e até mesmo adoce o trabalhador.

Cabe salientar que, ao longo dos últimos anos, tais transformações nos processos ligados ao mundo do trabalho têm se utilizado do *tempo* como recurso de análise. Nesse território, como antes sinalizado, muitos autores têm direcionado suas reflexões para a investigação da perda do domínio do trabalho como categoria basilar do ordenamento social, e alguns têm, inclusive, proposto o *resgate do ócio* como elemento central de uma possibilidade de repensar o “estado atual das coisas”.

Não seria sensato, contudo, afirmar que a mutação que se processa na sociedade, com mais celeridade e com maior distanciamento entre o pretérito e o devir, autorize que se proclame aos novos tempos como a gênese de uma nova sociedade humana. Esta permanece sendo fruto de um progressivo desenvolvimento ensejado pelo ser humano, desde que tomou em suas mãos o papel de protagonista do ambiente terrestre. Contudo, é perfeitamente possível – e necessário – voltar-se para reflexões sobre o papel do trabalho nas sociedades contemporâneas, tomando-se a temporalidade e a dimensão do ócio como possibilidades de análise.

---

<sup>7</sup> O ócio nem sempre fora visto como os mesmos olhos na história da humanidade. Segundo Salis, a passagem do mundo arcaico para um mundo onde não mais prevalece a celebração da vida, mas sim as relações econômicas e o anseio pelas conquistas materiais, representou um verdadeiro divisor de águas. Em suas palavras, “o Ócio Criador progressivamente desaparece, dando lugar àquilo que ficou conhecido, no mundo romano, como o “Negum Otio”, o qual nada mais é do que a origem da palavra “negócio”, e do modo de vida que ficou conhecido como “negociante”. Agora, não se trata mais de se celebrar a vida, a natureza e a criação; agora nasceu o homem que celebra os negócios e dedica toda a sua vida para eles. Por outras palavras, o objetivo agora não é mais viver com paixão e a serviço da criação. Nasceu o homem “sério”: ele só se preocupa com negócios e conquista materiais. Tolamente, seu único bem precioso, que se esvai e não volta mais – o tempo – é desperdiçado no afã de ganhar dinheiro e poder. O objetivo seria supostamente ganhar muito dinheiro para, só então, viver no ócio. Só que isto nunca ocorre. Na melhor das hipóteses, ele acaba morrendo numa UTI de luxo, sem ter tido tempo para viver” (2008, p. 13).

A partir disso, encontra-se desde os tempos mais remotos de sabedoria na antiguidade menções ao ócio e ao tempo que a ele deve(ria) o homem declinar-se. Igualmente em Marx,<sup>8</sup> a exemplo do que ocorre em Lafargue, é o *tempo livre* que adquire evidência, mas não especialmente o ócio. Importante que se frise que a alusão ao ócio ou ao tempo livre não se dá de forma direta, mas é possível dizer que aparece subliminarmente em muitas de suas obras. Extraem-se dois momentos distintos na percepção marxista sobre a oposição entre trabalho e ócio:

O primeiro estaria caracterizado pelo desenvolvimento sustentado das forças produtivas, onde a máquina começa a substituir o homem e o tempo de trabalho deixa de representar um critério fiável de produção da riqueza. A situação que daí deriva, implica uma ação política que luta pela redução do tempo de trabalho, visando a acelerar ainda mais o desenvolvimento das forças produtivas, de forma a conduzir o capitalismo ao seu ponto de ruptura. Nesta situação, trabalho e ócio de contrapõem, e o último representaria o espaço para ao pleno desenvolvimento do indivíduo. [...] O segundo momento estaria marcado pela emergência da sociedade comunista. Ela pressuporia o desenvolvimento múltiplo de indivíduos e a abundância gerada pelo crescimento das forças produtivas. Este momento marcaria uma significativa mudança no sentido do trabalho, ele passaria a ser a expressão do ser e não mais alienação (AQUINO, 2008, p. 132).

Outros autores, no entanto, seguindo talvez a ideia primeira de Paul Lafargue, em sua clássica obra *O direito à preguiça*, propugnam, inversamente, que a esses novos tempos devem ser tomadas medidas que vão ao encontro de diminuir o tempo destinado ao trabalho, eis que essa sim seria uma alternativa para fazê-lo permanecer como célula central e perpetuá-lo na sociedade. Na obra, há uma denúncia ao trabalho alienado. Seu texto traz a proposição da inversão dos valores burgueses que preponderam na sociedade do trabalho. E quão contemporâneo Lafargue está: passados 130 anos da publicação da obra, o autor já levantava a bandeira pela redução da jornada de trabalho como forma de se garantir o pleno emprego. Ideia esta que está no centro das atenções na atualidade, tanto de sindicatos quanto de parlamentares e vários outros setores da sociedade civil.

---

<sup>8</sup> Importante esclarecimento encontra-se em Prieb: “Tanto Lafargue quanto seu ilustre sogro, Marx, ao se oporem à longa jornada de trabalho a que se submetiam os trabalhadores do século XIX, apresentam um libelo anticapitalista contra a exploração e a alienação do capital. Em nenhum de seus escritos estes autores acreditaram na possibilidade de uma sociedade do tempo livre sob o capitalismo, uma vez que, na luta entre o capital e o trabalho, o primeiro sempre leva vantagem, o que não era novidade nem para o liberal Adam Smith” (2005, p. 92).

Nessa linha de ideias, o renomado economista Marcio Pochmann propõe uma jornada de trabalho de quatro horas diárias, três vezes por semana. Ao fundamentar sua proposição, Pochmann explica:

[...] não há razão técnica que justifique a jornada de trabalho tão elevada como tempos hoje, em função justamente da expansão da produtividade imaterial. Em segundo lugar, deve-se ao reconhecimento de que estamos numa fase em que aumenta a produtividade imaterial. Assim, estamos diante de uma produtividade gerada pelas novas possibilidades de trabalho, ou seja, fora do local de trabalho. Todos estão trabalhando muito mais. Isso faz com que as pessoas durmam com o trabalho e sonhem com ele. Todo esse esforço com a atividade produtiva imaterial está gerando uma ação brutal da riqueza. Esse trabalho imaterial beneficia apenas as grandes corporações. As 50 maiores empresas do mundo, por exemplo, têm um faturamento que é superior a cem países do mundo. Assim, vejo que a redução drástica da jornada de trabalho seria um elemento-chave para compensar o desequilíbrio a que estamos assistindo em termos da repartição da renda e da riqueza (2008, p. 6-7).

Lafargue acusava o trabalho de ser a causa da degeneração intelectual dos trabalhadores, bem como de sua deformação orgânica. No modo de produção capitalista, o trabalho representaria a negação do tempo livre aos operários, absorvendo suas principais virtudes e desenvolvendo o que Lafargue denominava de uma “estranha loucura”, que é o amor pelo trabalho, imposto pelas classes proprietárias dos meios de produção. Em suas contundentes palavras: “Trabalhem, trabalhem, proletários, para aumentar a riqueza social e suas misérias individuais, trabalhem, trabalhem, para que, ficando mais pobres, tenham mais razões para trabalhar e tornarem-se miseráveis. Essa é a lei inexorável da produção capitalista” (1983, p. 34).

Retomando a questão da centralidade do trabalho e da dimensão de utilização do tempo nas atividades laborais e fora delas, cite-se o último capítulo do livro *O futuro do trabalho*, de De Masi, intitulado “A coragem de recomeçar”. Eis as palavras do autor, que se coadunam perfeitamente com as possibilidades e o horizonte que se abre frente a essa questão, que antes de mais nada, pede uma “completa revolução mental e material”:

Parafraseando Taylor, podemos dizer que a organização pós-industrial não é a participação no pacote acionário, não é a participação nos lucros ou na gestão, não é a automação dos escritórios, não é o teletrabalho, não é a qualidade total, não é cada uma dessas coisas nem todas essas coisas tomadas em conjunto. A organização pós-industrial é uma completa e radical transformação mental, graças à qual os operários, os empregados, os executivos, os profissionais, os dirigentes, os proprietários e os consumidores devem introjetar um modo novo de considerar as categorias de tempo, espaço, lucro, concorrência, solidariedade,



ecossistema, qualidade de trabalho e de vida. A grande revolução mental requerida do homem pós-industrial, que se deve traduzir numa nova organização, faz com que as partes hoje em concorrência desviem o seu interesse do antagonismo desapiedado e do excessivo aumento do *surplus* (já garantido pelas máquinas e pelo Terceiro Mundo) para concentrar os seus esforços na realização de um grande pacto social, indispensável para redistribuir o trabalho, a riqueza, o saber e o poder, para criar um sistema cooperativo internacional, capaz de assegurar a todos uma vida mais longa e de melhor qualidade (1999, p. 327; grifo do autor).

O sociólogo italiano ainda sinaliza que tal revolução levaria à humanidade vantagens não menos significativas que aquelas conquistadas pela revolução industrial, mas com um porém: “encontra – multiplicados os mesmos obstáculos que a primeira encontrou: a resistência cultura às mudanças psicológicas e sociais, a resistência política à redistribuição do poder” (1999, p. 327-328). Talvez os desafios não sejam pequenos, portanto. Ainda assim, talvez sejam compensadores os esforços empreendidos nessa causa.

## Considerações finais

Deteve-se à análise de um universo menor, mas não necessariamente pequeno: o do mundo do trabalho. O intuito, nessa pequena reflexão, reside em partir do elemento temporal, já que vem crescendo a ideia de que a perda do domínio do tempo de trabalho estaria cedendo lugar ao nascedouro de um tempo novo, de um tempo livre, onde prevalece o ócio e as atividades não necessariamente atreladas ao exercício laboral. Buscaram-se autores que tratam das temáticas para elucidar contrapontos acerca dos fenômenos da dimensão temporal e da centralidade do trabalho, bem como da perspectiva de incorporação do ócio em meio a este cenário ainda por construir.

Das leituras, extrai-se que o tempo presente é de fim de certezas, onde o que se tem de constante são as mudanças diárias presenciadas nos diversos setores que compõem a sociedade. É igualmente um tempo singular na história humana, de necessário diálogo entre os subsistemas que integram o sistema social; tempo de se revisitar importantes questões e de se voltar os olhos ao entorno dos fenômenos ensejados pelo homem.

Em momentos de profundas e reiteradas transformações, o mais sensato é evitar afirmações precisas, mesmo no que diz respeito às mudanças nas temporalidades sociais, e evitar afirmar que impliquem no domínio de

uma atividade social sobre outra. Mas há que se reconhecer que a compreensão do ócio que vigorou na sociedade industrial é ligada à dimensão do trabalho. E que as inúmeras outras transformações no cenário laboral têm propiciado o repensar do ócio sob outra dimensão – repensar o ócio sob outros valores que fizeram do trabalho a categoria central da sociedade atual.

A par dessa lógica, encontra-se no corpo social a possibilidade efetiva de se repensar a lógica atual, ensejar transformações sensatas e galgar os primeiros passos rumo a tempos mais promissores. Nas instigantes considerações de Toffler:

*A responsabilidade de mudança, por conseguinte, está em nós. Devemos começar com nós mesmos, ensinando-nos a não fechar as nossas mentes prematuramente à novidade, ao surpreendente, ao aparentemente radical. Isso significa repelir os assassinos de ideias que arremetem para matar qualquer nova sugestão, alegando sua impraticabilidade, enquanto defendem o que quer que exista agora como prático, por mais absurdo, opressivo ou impraticável que possa ser novidade para matar qualquer nova sugestão (1993, p. 433; grifo nosso).*

Trata-se, portanto, de um momento de reflexão acerca da estrutura societária por meio da viabilidade de espaços de manifestações conjugados ou mesmo autônomos para o trabalho e para o ócio, uma vez que ambos contribuem sobremaneira para a construção das subjetividades humanas, da realização pessoal e igualmente ao desenvolvimento do entorno social.

De tudo, resta o entendimento de que o trabalho tende a sobreviver, mesmo que os tempos modernos (ou pós-modernos?) e o capitalismo pareçam conduzir a uma perspectiva de escassez de postos de trabalho. Contudo, forçoso admitir que se caminha, de longa data, a uma irrefutável diminuição dos empregos, ao passo que se vislumbra o nascedouro de formas alternativas à economia do capital. Talvez resida aí alguma possibilidade concreta de se reverter o “estado atual das coisas”, inserindo-se na vida humana a dimensão lúdica, que trará mais satisfação existencial – *trabalhar para viver e não viver para trabalhar*. Talvez o homem consiga inverter positivamente essa lógica.

Tempo de transição – talvez seja esta a expressão mais coerente. Tempos que nos ensinam, diariamente, a utilizar de maneira distinta o próprio tempo. Há que se corroborar com a ideia de Arendt (2000), para a qual, ao revisitar-se o mundo do trabalho, surgirá, no horizonte, o próprio trabalho, ainda que sob distintas formas, mas ainda assim será o trabalho a mola central das sociedades humanas.

Contudo, é igualmente um tempo em que não se pode deixar de consignar que o modelo laboral está em metamorfose, e ignorar suas mutações é ignorar a realidade. Chegado o momento de reconhecer que, até muito recentemente, o trabalho dominara o tempo, mas que agora a dimensão temporal conclama ser a condutora. Tempo, portanto, em que o “trabalho” deve respeitar “o tempo”; em que os limites humanos não devem extrapolar outros importantes limites, pois há um preço alto a se pagar se, sob essa lógica, a sociedade salarial perpetuar.

Talvez algumas ideias que propugnam o repensar de toda a lógica até então preponderante surgiram a partir do sentir que o capitalismo fora incapaz de distribuir de forma equitativa as significativas riquezas que incentivou a criar. E como a única centralidade incontestada (exceto incursões à metafísica e à espiritualidade) é de que a centralidade gira em torno do homem, deixemos, obviamente, ao tempo e ao protagonista do ambiente terrestre – o homem – mostrar o devir desses tantos fenômenos.

## Referências e obras consultadas

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. São Paulo: Universitária, 2000.

AZNAR, Guy. *Trabalhar menos para trabalharem todos*. São Paulo: Scritta, 1995.

BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade líquida*. São Paulo: Zahar, 2001.

CABEZA, Manuel Cuenca; MARTINS, José Clerton de Oliveira (Org.). *Ócio para viver no século XXI*. Fortaleza: As Musas, 2008.

CARDOSO, Ana Claudia Moreira. Tempo de trabalho, tempo de não trabalho: negociações e vivências nos planos macro e micro – o caso do Brasil e da Volkswagen do Brasil. Disponível em: <<http://www.icesi.edu.co/ret/documentos/Ponencias%20pdf/035.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2010. (s.d.).

CASTELLS, Manuel. *Fim do milênio*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. *A sociedade em rede*. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

DE MASI, Domenico. *A economia do ócio*. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

\_\_\_\_\_. *O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial*. 8. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio / UnB, 1999.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASCH, Scott. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP, 1997.

- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2006.
- HAWKING, Stephen W. *Uma breve história do tempo: do big-bang aos buracos negros*. 30. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- JULLIEN, François. *Do "tempo": elementos para uma filosofia do viver*. São Paulo: Discurso Editorial, 2004.
- LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça – a religião do capital*. São Paulo: Kairós, 1983.
- POCHMANN, Marcio. Trabalho imaterial e redução da jornada de trabalho. *Revista do Instituto Humanitas UNISINOS*, São Leopoldo, UNISINOS, ano 8, n. 256, p. 5-7. ISSN 1981-8469.
- Possuídos pelo trabalho. *Revista do Brasil*, out. 2009, p. 9.
- PRIEB, Sérgio. *O trabalho à beira do abismo: uma crítica marxista à tese do fim da centralidade do trabalho*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.
- PRIGOGINE, Ilya. *O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- \_\_\_\_\_. *As tensões da modernidade*. Disponível em:  
<<http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/boaventura/boaventura4.html>>. Acesso em: 09 jan. 2010.
- \_\_\_\_\_. Por que é tão difícil construir uma teoria crítica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Lisboa, n. 54, 1999, p. 197-215.
- RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos*. São Paulo: Makron Books, 1996.
- TOFFLER, Alvin. *A terceira onda*. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.

*Recebido em 21/04/2010, aprovado em 31/05/2010.*